



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável**

**SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental**

Parecer nº 54/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0014442/2021-82

Parecer Único de Licenciamento (Convencional ou Simplificado) nº 24/2021

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: **27772066**

Processo SLA: 24/2021

SITUAÇÃO: Sugestão pelo indeferimento

EMPREENDEDOR: Dragagem A. M. Ltda **CNPJ:** 02.935.913/0001-25

EMPREENDIMENTO: Dragagem A. M. Ltda **CNPJ:** 02.935.913/0001-25

MUNICÍPIO: Esmeraldas/MG **ZONA:** Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3	0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO/ART:

Karen Cristine Vieira Kolansky – Eng. ambiental

14201800000004844210

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

Marcos Vinícius Martins Ferreira Gestor Ambiental – Supram CM	1.269.800-7
De acordo: Camila Porto Andrade Diretora Regional de Regularização Ambiental – Supram CM	1.481.987-4



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Martins Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 07/04/2021, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Porto Andrade, Diretora**, em 08/04/2021, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26848883** e o código CRC **4AD4577D**.

Referência: Processo nº 1370.01.0014442/2021-82

SEI nº 26848883



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)

O empreendimento **Dragagem A.M. Ltda**, localizado no município de Esmeraldas/MG, formalizou, em 23/12/2020, via sistema de licenciamento ambiental (SLA) o processo nº **24/2021**, na modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

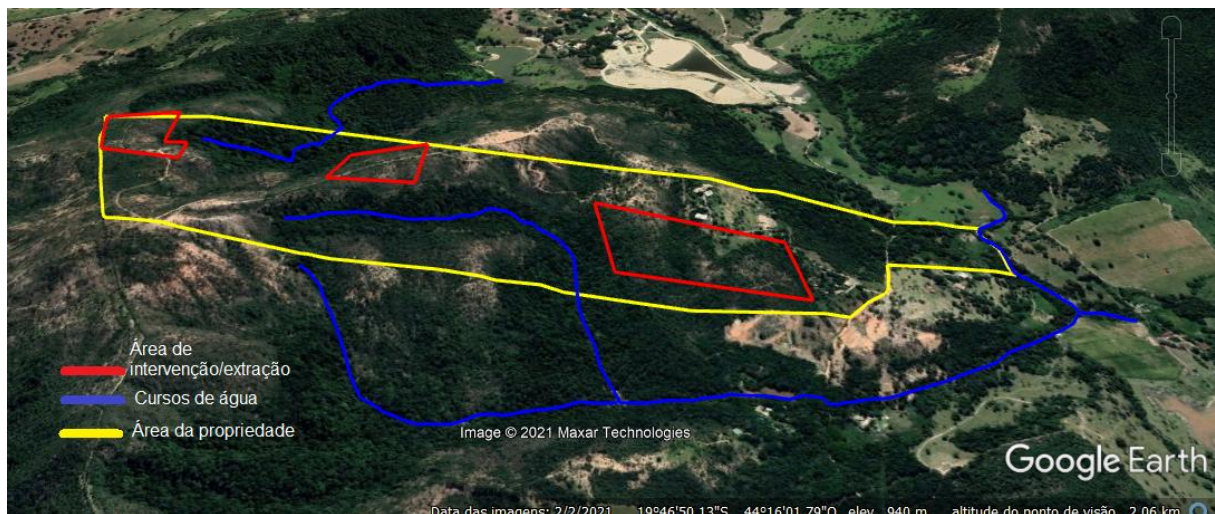
A atividade foi enquadrada pela Deliberação Normativa (DN) Copam 217/2017 como **“Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil”** (código A-03-01-8). Trata-se de uma ampliação do empreendimento, já que o mesmo é detentor de um LAS na modalidade de Cadastro, certificado 2293/2020, para a mesma atividade supracitada, com produção bruta de 9.900 m³/ano. A quantidade a ser considerada nesta ampliação é de 49.900 m³/ano, considerando o artigo 11 da Deliberação Normativa (DN) Copam 217/2017. O porte do empreendimento e seu potencial poluidor / degradador justificam a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a não incidência de critérios locacionais.

Em 01/12/2020, via processo SEI 1370.01.0054750/2020-12, o empreendedor apresentou pedido de parecer técnico de não incremento de área diretamente afetada (ADA) sob a justificativa de que a ampliação requerida envolverá apenas o aumento da capacidade produtiva do empreendimento, pois a área explorada será a mesma já licenciada por meio do LAS/Cadastro de certificado 2293/2020. Deste modo, considerando que haverá apenas o aumento da produção, sem aumento de área afetada, a SUPRAM CM aprova o pedido de não incremento de ADA realizado pelo empreendedor.

Foi informado pelo empreendedor que o empreendimento ainda não se encontra em operação. A extração de areia será realizada na área da poligonal da Agência Nacional de Mineração (ANM) de nº 830776/2010 durante 05 dias por semana e contará com 05 funcionários.

A lavra será realizada a céu aberto e pelo método de lavra em tiras com desmonte mecânico (pá carregadeira). Após extraída, a areia passará por processo de lavagem. A extração de areia demandará intervenção ambiental em três áreas com vegetação nativa (polígonos vermelhos na imagem 01 abaixo). Neste sentido, foi apresentado o documento autorizativo para intervenção ambiental (DAIA) de nº 0038704-D, que certifica a supressão em 9,9800 hectares de cobertura vegetal nativa com destoca, na área informada na imagem abaixo.

Imagem 01: Área da propriedade e áreas onde ocorrerá a intervenção/ extração.



Fonte: Google Earth (acesso em 15/03/2021) e dados apresentados nos autos do processo.

Ressalta-se que caso esta extração seja realizada em cava aluvionar, de modo que seja necessária a utilização de draga, o empreendedor deverá obter regularização específica para este fim.

Foi informado (item 4.5 do RAS) que o rejeito/estéril será disposto em pilhas. Considerando que a atividade “Pilhas de rejeito/estéril” não foi inserida no escopo deste processo, foi solicitado ao empreendedor, por meio de pedido de informações complementares (IC), o esclarecimento desta situação. Em resposta, foi informado que o rejeito/estéril, bem como o material do decapeamento, serão estocados em leiras espalhadas pelo empreendimento e que posteriormente (ao fim da vida útil das cavas) serão utilizados na reconformação do terreno.

Foi informado que o empreendimento contará com uma área coberta, com piso impermeabilizado e com bacia de contenção onde serão armazenados, em tambores, 200 litros de óleo diesel que serão utilizados na alimentação de bombas e gerador. Esta área ainda não foi implantada.

Quanto ao consumo de água no empreendimento, foi informado que para o consumo humano será comprada água. Também foi informado que serão utilizados até 0,4 m³/dia nos sanitários/escritório/refeitório e até 146,88 m³/dia na lavagem da areia com água proveniente de captação superficial. Foi apresentada a portaria de outorga de nº 1300978/2019 que certifica a captação de 27,78 l/s (300.008 l/dia) de água no ribeirão Abóboras, durante 03 horas/dia, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 19°47'41,4"S e de longitude 44°15'52,3"W. **Destaca-se que a captação em cursos de água demanda autorização para intervenção, sem supressão, em área de preservação permanente (APP), conforme Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013:**

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

III - atividade eventual ou de baixo impacto ambiental:

a) a abertura de pequenas vias de acesso de pessoas e animais, suas pontes e pontilhões;



b) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos;

(...)

Art. 12. A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio.

(...)

Art. 59. A intervenção em APPs e Reserva Legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental a que se refere o inciso III do art. 3º, excetuadas as alíneas “b” e “g”, em pequena propriedade ou posse rural familiar, fica condicionada à apresentação de simples declaração ao órgão ambiental competente, desde que o imóvel esteja inscrito no CAR.

Esta regularização, a ser analisada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), não foi apresentada.

A DN Copam 217/2017, em seu artigo 15, prevê que:

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

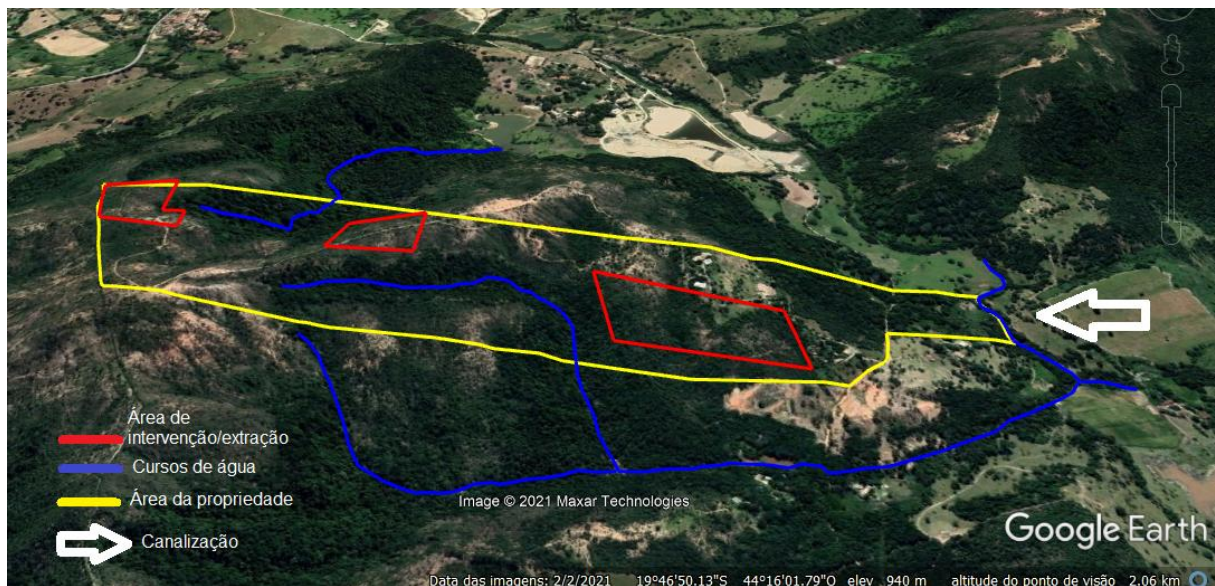
Parágrafo único – O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das **autorizações para intervenções ambientais** ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS (grifo nosso).

Como principais impactos inerentes à atividade informados nos autos do processo tem-se o carreamento de rejeitos/estéreis para cursos de água locais, a geração de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, de resíduos sólidos e impactos sobre a fauna local.

Quanto aos rejeitos/estéreis, a fim de se evitar o seu carreamento por meio do escoamento pluvial, a deposição será realizada em camadas que serão compactadas em altura limitada com rebatimento da face do talude. Também foi informado que o empreendimento contará com sistema de drenagem que direcionará o efluente pluvial para bacias de decantação localizadas próximo às áreas de extração.

Considerando a informação de que o rejeito/estéril será disposto em leiras e considerando a presença de cursos de água no entorno do empreendimento (conforme IDE Sisema) e próximos às áreas onde ocorrerá a extração de material, em pedido de IC foi solicitado ao empreendedor a apresentação de proposta de monitoramento da qualidade das águas destes cursos de águas. Em resposta, o empreendedor informou que será realizada canalização em um trecho de um dos cursos de água existentes no entorno do empreendimento, conforme indicado pela seta branca na imagem 02 abaixo.

Imagem 02: Área do empreendimento com indicação de ponto de canalização de curso de água.



Fonte: Google Earth (acesso em 15/03/2021) e dados apresentados nos autos do processo.

Foi informado pelo empreendedor que esta canalização foi aprovada pelo IEF, **mas esta aprovação não foi apresentada. Ressalta-se que a canalização de um trecho de curso de água demanda autorização do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) por meio de portaria de outorga.** Conforme já mencionado neste parecer, o artigo 15 da DN 217/2017, em seu parágrafo único, prevê que “o processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais **ou em recursos hídricos** (grifo nosso), quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS.

Ressalta-se ainda que a proposta de monitoramento da qualidade das águas dos cursos de água do entorno, solicitada no pedido de IC, não foi apresentada.

Os efluentes oriundos dos sanitários, cozinha e copa serão destinados a um conjunto fossa séptica/filtro/ sumidouro a ser instalado. O efluente a ser gerado no processo de lavagem da areia, após passar por bacia de decantação, será lançado em corpo hídrico.

Quanto às emissões atmosféricas, a geração de gases veiculares será mitigada através de manutenção periódica dos motores. Foi informado também que para evitar a dispersão de particulados, o material retirado (areia) será coberto por lonas.

Quanto aos resíduos sólidos, foi informado que os resíduos de classe I (contaminados com óleo) serão destinados a empresas especializadas. Quanto aos resíduos de classe II, o lodo da fossa séptica será destinado a empresa especializada. **Os demais resíduos de classe II serão destinados à coleta municipal. Ressalta-se que em consulta ao sistema integrado de informações ambientais (SIAM) não foi constatada regularização ambiental do município de Esmeraldas para a realização deste serviço. Cabe informar que a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados no empreendimento é da responsabilidade do empreendedor.**

Quanto aos impactos para a fauna local, provocados em função da utilização de veículos e máquinas, foi informado como medida mitigadora a realização de manutenção periódica dos



motores a fim de que os mesmos não produzam ruídos fora dos padrões estabelecidos na legislação. Foi informado também que o empreendimento realizará, anualmente, monitoramento dos ruídos gerados no empreendimento.

Deste modo, em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e nos autos do processo, considerando a não apresentação de portaria de outorga para a realização de canalização em curso de água, considerando a não apresentação de autorização de intervenção ambiental, sem supressão, em APP e considerando ainda a não apresentação da proposta de monitoramento da qualidade das águas solicitada em pedido de IC, sugere-se o indeferimento do pedido de Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “**Dragagem A.M. Ltda**”, para a realização da atividade “**Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil**” (código A-03-01-8), no município de Esmeraldas/MG.